

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2011:** _____

---Aos trinta dias do mês de Junho do ano dois mil e onze, na freguesia de Antas e no edifício da Casa da Música, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de Manuel Fernando Torres Arezes, na qualidade de Presidente da Mesa da mesma. -----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelo Segundo Secretário da Mesa, Bibiana Secundina Dias Oliveira. -----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros: -----

Manuel Albino Penteado Neiva,
Manuel Enes de Abreu,
Berta Filipa Gonçalves Viana,
António Maranhão Peixoto,
Maria Adriana Brochado da Cruz Novo em substituição de Ana Margarida Ferreira Morgado,
Manuel Joaquim Marques Peres Filipe,
Luís António Albuquerque Nunes de Sá e Melo,
Georgete Maria Loureiro Viana da Cruz,
Zélia Susete Rosas Fernandes,
José Salvador Pereira Torres Ribeiro,
Manuel Fernando Morgado Carvoeiro,
Orlando Manuel Martins Marques de Lima Rua,
Gorete Maria Coutinho da Costa Silva,
Joanna Gonçalves em substituição de António Manuel Meira da Cruz Queirós,
Armando Luís Lopes Martins,
António Viana da Cruz,
Manuel Barros Lopes,
Manuel Fernando Lima Meira Torres,
Mário Ferreira Fernandes,
José Eduardo de Sousa Felgueiras,
Luís António Sequeira Peixoto,
António Vendeiro Catarino,
António Martins Neves,
José Augusto Azevedo Sousa,
António Manuel Amorim dos Santos,
Aurélio Mariz Neiva,
Jorge Manuel Neto Filipe,
Joaquim Carvalho Rosmaninho e
António Carlos Vieira da Silva.

---Sendo vinte e uma horas e vinte e cinco minutos, verificando-se haver “quorum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Vice-Presidente da Câmara Municipal, António Benjamim da Costa Pereira, em representação desta, bem como dos senhores Vereadores:

Jaquelina Casado Afonso Areias,
Maria Raquel Morais Gomes do Vale,
Rui Manuel Martins Pereira e
Pedro Tiago Teixeira Saleiro Maranhão.

---Verificou-se, entretanto, a ausência dos seguintes elementos:

António Fernando Couto dos Santos,
Ana Mafalda Oliveira Carreira Mendanha e Silva,
Miguel de Almeida Moreira,
Maria Isabel Fernandes Dias e
José Henrique Laranjeira Brito.

---Foi entregue aos membros da Assembleia, para conhecimento, cópia do Balancete do Razão do Plano da Geral. -----

---Foi entregue aos membros da Assembleia, para conhecimento, listagem de execução de empreitadas em curso, bem como dados referentes à percentagem de execução das mesmas. ---

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: _____

Interveio António Viana da Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Antas, e cuja intervenção vai ser transcrita:

“A todos saúdo e dou as boas vindas, congratulando-me pelo facto desta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Esposende se realizar nesta freguesia.

É para nós uma honra poder acolher a reunião deste órgão, com o significado que tal acarreta. Esta constitui também uma oportunidade para a população de Antas poder assistir e tomar conhecimento das competências da Assembleia Municipal, proporcionando, simultaneamente, uma maior aproximação entre os representantes partidários neste órgão e os munícipes.

Aproveito esta oportunidade para manifestar o agrado e satisfação desta Junta de Freguesia pelos investimentos que a Câmara Municipal tem efectuado em Antas, particularmente o mais recente, a empreitada de saneamento básico na Zona Nascente da freguesia, que se encontra concluída e já em funcionamento.

Quero aproveitar também esta oportunidade para deixar aqui um apelo às pessoas, cujas moradias estão agora servidas por estas novas infra-estruturas, para que procedam à respectiva taxa de ligação.

Com efeito, a taxa de adesão situa-se, neste momento, nos 60%, o que fica, manifestamente, aquém do esperado.

Está aqui em causa um montante de dois milhões e seiscentos mil euros, investidos pelo Município, através da Esposende Ambiente, pelo que é preciso que a população faça jus a este investimento, aderindo ao sistema.

A ligação à rede de saneamento é também, e sobretudo, uma questão de saúde pública e de qualidade de vida. Assim, esperamos que a taxa de adesão seja total.

Apesar dos investimentos da Câmara Municipal, a freguesia de Antas tem necessidade de mais

e está longe de ver satisfeitas todas as suas aspirações.

Todos reconhecemos que os tempos actuais são difíceis e que é cada vez mais necessário fazer uma boa gestão dos meios, que são escassos, definindo, com rigor, as prioridades.

Apesar da conjuntura desfavorável, mantemos a expectativa de que a freguesia de Antas possa crescer e desenvolver-se, através de novos projectos e investimentos. A construção do Centro Social é, sem dúvida, a grande prioridade. Acreditamos que, tal como nós, também a Autarquia está empenhada na construção que, esperamos, possa arrancar em breve.

É nossa intenção cumprir o programa que apresentamos à população, pedimos contudo a sua compreensão e paciência, atendendo à situação actual, assumindo o compromisso de continuar a trabalhar em prol do desenvolvimento de Antas.”

Seguidamente apresentou um Voto de Louvor que se transcreve:

Voto de Louvor ao Antas Futebol Clube, pelo título de Campeão da 2.^a Divisão da Associação de Futebol de Braga, na época 2010/2011.

“António Viana da Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Antas, propõe a esta Assembleia Municipal um voto de louvor ao Antas Futebol Clube, pelo título de campeão da 2.^a divisão da Associação de Futebol de Braga, na época 2010/2011, reconhecendo o trabalho e a competência da sua Direcção, equipa técnica e atletas.

De igual modo, formula votos de que este título sirva de estímulo para o futuro, reforçando a aposta do clube na formação desportiva dos jovens da freguesia de Antas.”

Interveio seguidamente Albino Neiva, do Grupo Político do PSD, tendo apresentado um Voto de Pesar que se transcreve:

Voto de Pesar pelo falecimento da senhora D. Maria Fernandes do Cabo e do senhor Manuel António Portela Gonçalves, respectivamente, sogros e avós do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fonte Boa e da senhora Deputada Joanna Gonçalves.

“Em virtude do falecimento do dos sogros do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fonte Boa e avós da nossa colega Deputada do CDS-PP Joanna Gonçalves, D. Maria Fernandes do Cabo e senhor Manuel António Portela Gonçalves, propomos que seja aprovado um voto de pesar por tal doloroso acontecimento, apresentando sinceras condolências ao senhor Presidente da Junta, à senhora Deputada Joanna Gonçalves e Família. Que desta deliberação seja dado formal conhecimento à digníssima Família.”

Interveio Maranhão Peixoto, do Grupo Político do PSD, e cuja intervenção vai ser transcrita:

“Desejamos realçar a forma cordata, pacífica e de elevada afirmação da cidadania que restamos nas recentes eleições legislativas antecipadas, não só a nível local, mas também no seu todo nacional.

Lamentamos o elevado teor de abstenção, sem dúvida, o maior “partido” da nossa democracia.

Concordamos que aqueles que se escusaram deliberadamente desse soberano dever cívico que é votar, demitiram-se, à partida, da legitimidade e conseqüente autoridade de criticar,

reivindicar ou mesmo protestar no futuro sobre a governação que orienta o país. Saudamos as portuguesas e os portugueses que acreditaram e acreditam que é possível mudar, dar um novo rumo à nação e construir um presente e um futuro melhores. Acreditamos que este XIX Governo Constitucional, apresentado e empossado com a celeridade exigida pela situação que vivemos, marcado por uma forte abrangência ideológica e uma matriz técnica comprovada, desenvolverá a estabilidade e a credibilidade às nossas instituições democráticas e levará a um novo acreditar dos portugueses. Mais do que olhar para um passado recente é hora de olhar em frente e dar o passo seguinte com firmeza e convicção. As horas e os dias que nos esperam, como em tudo na vida, não serão fáceis. Todavia, jamais poderemos ou deveremos ceder à resignação. Sendo certo, que não há democracia que sobreviva a fomentar e a tentar impor políticas que são fortes e pesadas para os mais desprotegidos e desfavorecidos, e candidamente insignificantes e fracas para os mais poderosos, tal como o vigilante espera pela aurora, acreditamos num novo rumo e nesta madrugada de esperança.”

Interveio seguidamente Manuel Carvoeiro, do Grupo Político da CDU, e cuja intervenção vai ser transcrita:

“Nesta sessão descentralizada da Assembleia Municipal, órgão Magno do Município, quero, antes de mais, saudar todos os membros da Assembleia e Junta de Freguesia de Antas e, por seu intermédio, o povo desta Freguesia.

Saúdo, ainda, todo o movimento associativo de Antas, corporizado por várias instituições, cujo trabalho, ao longo dos anos, tem permitido, numa perspectiva multidimensional (e.g. vertente desportiva, cultural, educação ambiental, etc.) o desenvolvimento desta terra.

Senhor Presidente, estamos em Antas, esta terra cuja beleza natural nos conforta os sentidos, este pedaço do Vale do Neiva que, em cada estação, nos embevece do nascer ao pôr-do-sol.

Mas, este traço majestático de beleza que singulariza Antas, não nos deixa absortos e impotentes para falar aqui do que importa realizar e ainda não foi feito.

Olhamos o sítio do Minante, as suas azenhas, aquele espelho de água, motivação de atracção, há muitos anos, de tanta gente e vemos que nunca houve o rasgo, a vontade política e a capacidade para este quadro de rara beleza integrasse a rede de praias fluviais e ostentasse a bandeira azul como símbolo de qualidade.

E a Foz do Neiva?! Sim, a Foz do Neiva cada vez mais abandonada, não obstante o arremedo de arranjo paisagístico que há algum tempo nesta zona foi efectuado.

Olhamos e vemos o desaparecimento da praia e das casas desta zona.

Avança, por aqui, a degradação de muitos imóveis.

E as obras relacionadas com arruamentos que não se abrem, tal como acontece na rua Padre Avelino Alves?

E as pavimentações/calçetamentos por fazer nos lugares de Azevedo, Pereira e lugar do Monte?

E a Estrada Nacional n.º 13 que, depois de esventrada, para a colocação de condutas de saneamento, se transformou na via sinuosa de Antas, suplício que continua, apesar das grandiloquentes promessas do Sr. Presidente da Câmara de que se iria termo a esta verdadeira vergonha.

E neste tempo de inflacionadas solidariedades, os idosos, muitos idosos, desta Terra encostada ao Neiva, contabilizam a passagem dos dias sem o necessário apoio a que têm direito.

E quanto à saúde? Bem, falar de saúde em Antas implica sinalizar a falta de um posto médico. Sempre esta freguesia foi preterida quanto à criação desta valência fundamental para o bem-estar, nomeadamente dos mais idosos.

No que concerne ao saneamento, desde logo, ao tratamento de águas residuais, é justo afirmar-se que, em Antas, foi construída uma das primeiras ETARs do concelho. Contudo, nos dias que passam, esta infra-estrutura denota um insuficiente funcionamento.

Como vemos, rumo ao progresso, há, nesta Freguesia, tanto caminho para andar e o passo é tão lento.

Importa promover e divulgar os pontos de interesse turístico, patrimonial e paisagístico desta Freguesia.

Emerge a adopção de uma atitude muito firme dos autarcas com responsabilidades na condução dos destinos deste Concelho, numa ligação estreita com os autarcas de Antas, orientada para a efectiva valorização e preservação da faixa mais litoral desta Freguesia.

Senhor Presidente, comecei esta minha fala sobre esta Terra tão bela, habitada por gente boa. Mas não posso, nesta margem esquerda do Neiva, deixar de incluir no meu dizer, uma reflexão, ainda que muito breve, sobre a situação do nosso país.

Hoje na Assembleia da República, começou a ser discutido o Programa do Governo. Este documento constitui um verdadeiro roteiro de ataque ao nosso País e ao seu Povo. É uma declaração de guerra em todas as frentes contra os que menos têm e menos podem, visando a implementação de medidas ultra neoliberais, objectivamente, antipatrióticas. É um Programa de verdadeiro ataque ao mundo do trabalho, ao seu Serviço Nacional de Saúde, à escola pública, à cultura, mas, principalmente, aos trabalhadores e ao mundo do trabalho. Trata-se de um roteiro onde tudo o que é Estado e dá lucro será privatizado (e.g. TAP, REN, CTTS, Seguros da CGD). Ora, estas medidas configuram o lançamento, a curto prazo, do nosso país num verdadeiro abismo. São medidas de verdadeira espoliação de um país e do seu Povo, são medidas criminosas porque atentam contra direitos fundamentais e agridem a dignidade do ser humano. Veja-se o que se está a passar nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

E perante tudo, como diz Vitor Dias, anda por aí uma “zoada nada inocente”, composta por interesseiros comentadores do sistema a inculcar na mente das pessoas a “inteira legitimidade democrática” desde o Governo PSD/CDS-PP para concretizar as medidas constantes do seu programa, porque, como afirmam, o PSD e o CDS obtiveram uma maioria de deputados.

Sim, mas como afirma Vitor Dias, e com o qual concordo, este curioso zelo pela legitimidade democrática em termos formais, inocentemente, é acompanhado por um silêncio absoluto sobre graves questões de transparência e de legitimidade democrática em termos substanciais.

Legitimidade?! Mas esteve este Programa, verdadeira declaração de guerra ao Povo, e as medidas que contém, no centro da campanha eleitoral do PSD e do CDS-PP? Uma por uma ou mesmo à meia-dúzia foi a estas concretas medidas que Passos Coelho e Paulo Portas dedicaram a maior parte do tempo dos seus discursos nos comícios de campanha eleitoral?

Não, nada disso foi dito aos eleitores.

Senhores Deputados, estou convicto que a legitimidade formal deste governo não tem correspondência na legitimidade social. Será, também, este povo que votou maioritariamente no PSD e CDS-PP que, mais cedo ou mais tarde, com a luta, rechaçará estas medidas do Governo. Pela nossa parte, PCP, o Governo contará com um firme combate a todas e cada uma destas medidas.”

Continuando no uso da palavra apresentou uma Recomendação que se transcreve:

Recomendação à Câmara Municipal para que no âmbito das comemorações do dia do Município, homenageie, condecorando a título póstumo, o Dr. Luís Sá.

“Estamos em Antas, terra de Luís Sá. Um homem, cuja vida foi marcada por uma intensa actividade política e académica. Luís Sá desempenhou diversas tarefas de grande responsabilidade, a saber: adjunto do Ministro dos Transportes e Comunicações no IV e V Governos Provisórios e do Ministro das Obras Públicas no IV Governo Provisório, membro da Comissão Nacional de Eleições de 1977 a 1997, Deputado do Parlamento Europeu em 1994, Deputado da Assembleia da República de 1991 a 1999, foi eleito para o Comité Central do PCP em 1983 e, durante vários anos, membro da Comissão Política, responsável, até à sua morte, pelo Sector e Grupo de Estudos sobre o Poder Local no âmbito do PCP.

Licenciado em Direito, Mestre em Ciência Política e Doutor em Ciências Sociais, desempenhou funções docentes na Faculdade de Direito na Universidade de Lisboa e no Instituto de Ciências Sociais da Universidade Técnica de Lisboa. Luís Sá foi sempre um homem bom, humilde, um homem de profundo diálogo. Importa referir, como exemplo, a colaboração que manteve com o Professor Adriano Moreira e com o Professor Narana Coissoró, homens distantes de si na vertente política-ideológica. Luís Sá foi um intelectual brilhante, deixando, aos 46 anos de idade, momento da sua morte, uma vasta obra sobre o Poder Local, sobre questões de Ciência Política e Direito Administrativo. Emerge destacar, numa breve síntese, alguns dos títulos que publicou:

- *Fraudes e irregularidades nas eleições de 79;*
- *Razões do Poder Local;*
- *Espaços de Poder e Democracia, do Global ao Local no limiar do Século XXI;*
- *Introdução à Teoria do Estado;*
- *Soberania e Integração na CEE;*
- *Regiões Administrativas: O Poder Local que falta;*
- *Eleições e Igualdades de Oportunidades;*
- *O Lugar da Assembleia da República no Sistema Político;*
- *As Regiões Administrativas;*
- *Com Alá ou com Satã (co-autoria);*
- *Traição dos Funcionários? – Sobre a Administração Pública portuguesa.*

Publicou, ainda, dezenas de artigos que, por economia de tempo, me abstenho, aqui de enunciar.

Foi, desde 1977 até à sua morte, Director da prestigiada Revista Poder Local.

Luís Sá foi, pois, um notável Esposendense que merece o reconhecimento público do Município.

Neste sentido proponho que a Assembleia Municipal de Esposende reunida em Antas, no dia 30 de Junho de 2011, delibere:

Recomendar à Câmara Municipal de Esposende que, no âmbito das comemorações do dia do Município, homenageie, condecorando a título póstumo, o Dr. Luís Sá.”

Seguidamente interveio Manuel Enes, do Grupo Político do PS, e cuja intervenção vai ser transcrita:

“Permitam-me antes de mais que saúde todos os munícipes deste concelho, em especial as pessoas de Antas, onde hoje esta Assembleia cumpre uma promessa feita por todos os Partidos

aquando das Eleições Autárquicas de 2009, a realização de Assembleias Municipais nas freguesias do Concelho.

Começamos em Antas e começamos bem, precisamente em ordem alfabética a primeira do concelho.

Permitam-me ainda felicitar os Partidos vencedores nas recentes eleições legislativas de 5 de Junho e aqui representados nesta Assembleia, concretamente ao PSD e CDS, que agora em coligação, assumiram o Governo do país, não esquecendo igualmente a CDU, que tal como pretendia, ao juntar-se à então oposição na Assembleia da República, tirou o Partido Socialista do governo, e o entregou de bandeja à Direita. À tal Direita que insistentemente reclamaram ser responsável por todos os males existentes em Portugal.

Neste cenário político de momento, e tendo presente as tantas e demasiadas justificações dadas pelo senhor Presidente da Câmara, ao longo destes últimos 6 anos, em que o Partido Socialista esteve no Governo, onde tudo era culpa do Governo Central:

- Fosse porque não participava nos projectos que a Autarquia apresentava;*
- Ora porque não aprovava esses mesmos projectos;*
- Não efectuava atempadamente as transferências pretendidas...;*
- Não colaborava com a Autarquia... etc... etc.*

Tudo servia para justificar os fracassos e os insucessos daquilo que não conseguia fazer.

Pois bem, agora tem aquilo que pretendia.

Quem governa é o PSD o mesmo Partido do Executivo Municipal, daí, nós, todos nós, todos os munícipes deste concelho, quem votou e quem não votou no PSD ou CDS, estarmos expectantes quanto ao desenvolvimento futuro de Esposende a partir daqui.

Estamos agora todos à espera que agora, então com uma maioria, e um Governo PSD, o desenvolvimento chegue finalmente a Esposende, (como parecia insinuar em tempos bem recentes o senhor Presidente da Câmara), se porventura o Governo fosse outro.

Aguardamos com ansiedade, para ver se o actual Governo cria um regime de excepção no pagamento de portagens na A28, para os munícipes e para as Empresas sediadas, ou que o pretendam vir a fazer, como tanto reclamaram os Partidos desta Assembleia poucos meses atrás.

Vamos ver se agora o governo apoia e participa os tantos projectos que a Câmara diz ter, e o PSD local se comprometeu com os eleitores deste concelho, tais como:

- Centro Educativo de Marinhas e o Polidesportivo de Rio de Moinhos, na mesma freguesia;*
- Centro Cívico de Apúlia;*
- Centro de Artes e Espectáculos;*
- Arquivo Municipal;*
- Elaboração do projecto da cidade desportiva.*

E muitos, muitos outros mas que não passaram de promessas até aqui. A lista seria grande, mas não quero maçar os senhores deputados.

Mas vai ser difícil..., pois vai. Vai ser difícil porque simplesmente não há dinheiro e se o governo do Partido Socialista não participa em tudo, o que era apresentado pela Câmara Municipal de Esposende, o do PSD também não o vai fazer.

Há muito que não há dinheiro no Estado, e isso vem de longe, vem do tempo em que os Governos aproveitando as contas postas em ordem por Ernâni Lopes, e os dinheiros da União Europeia, apenas fizeram coisas que o povo visse.

Fizeram auto-estradas, centros culturais, cursos de formação financiados a fundo perdido,

venderam as pescas e a agricultura a troco de dinheiro vivo, e convenceram-se que tinham modernizado o país.

Não modernizaram.

Deixaram-nos, isso sim, facturas pesadas agora em cobrança e uma economia obsoleta e desenquadrada da realidade europeia e como se isso não bastasse, temos mais agora a factura de dois submarinos, que poupo os senhores deputados de pormenores, (pormenores aliás ainda minuciosamente por apurar) mas onde tudo parece ter sido devidamente acautelado menos o interesse de Portugal e dos portugueses.

Mas temos mais, temos 5,6 ou 7 mil milhões de euros (ao certo ninguém sabe) do BPN, que alguns desviaram, (para não dizer uma palavra mais feia), e agora, todos nós contribuintes vamos ter que pagar.

Minhas senhoras, meus senhores, bem se pode o PSD/CDS esquecer destes factos, mas o Partido Socialista não, como não esquece a Constituição da Republica Portuguesa que os Partidos da Direita há muito ambicionaram alterar. Para quê?

Simplemente para desmantelar ainda mais o Estado Social, acabar com o Ensino Público, com a Segurança Social. Facilitar o despedimento, dar aos ricos, aos poderosos e aos Patrões a liberdade para actuarem a seu belo arbítrio naquilo que mais favoreça os seus interesses.

Ora é contra isto que o Partido Socialista, na oposição na Assembleia da República e na oposição nesta Assembleia Municipal, se vai opor a que isso aconteça, denunciando sempre até ao limite essas pretensões.”

Continuando no uso da palavra apresentou um Voto de Pesar que se transcreve:

Voto de Pesar pelo falecimento da avó do senhor Deputado Dr. Orlando Rua.

“Voto de Pesar pelo falecimento da avó do senhor Deputado desta Assembleia Dr. Orlando Rua. Propomos que deste acto seja dado conhecimento à família.”

Interveio seguidamente Berta Viana, do Grupo Político do CDS-PP, tendo referido que, inicialmente, não era sua intenção intervir. Contudo entendeu ser esta uma oportunidade para também saudar e agradecer pessoalmente à população de Antas o facto de se ter deslocado para assistir a esta sessão da Assembleia Municipal, mostrando assim, interesse e respondendo afirmativamente ao facto da Assembleia Municipal se ter deslocado à freguesia de Antas. Referiu ainda se mostrar muito satisfeita com a grande afluência de cidadãos.

Continuando, disse ter ficado triste e, considerou mesmo, um desaforo o que se assistiu em algumas das intervenções anteriores, porque é seu entendimento, haver a necessidade de fazer um balanço das eleições passadas mas não com a carga de ironia, emocional e de censura a que se assistiu. Disse também ser grave e ficar mal aos deputados este tipo de discurso, até porque, disse, o que deveria mover os deputados desta Assembleia deveria ser o interesse de Esposende, pelo que, e atendendo aos factos, se iria abster de fazer mais qualquer tipo de comentário sobre a política nacional, pelo menos, nos mesmo termos a que assistiu anteriormente.

Seguidamente usou da palavra Manuel Carvoeiro, do Grupo Político da CDU, tendo apresentado uma interpelação à Mesa relativa à intervenção da senhora deputada Berta Viana, tendo referido não poder aceitar a argumentação apresentada pela senhora deputada relativa às

intervenções onde foram feitas referências à política nacional. Disse ainda que neste Órgão se pode e deve discutir o tema. No seguimento, solicitou à Mesa para que prestasse os devidos esclarecimentos à senhora deputada Berta Viana.

Usou da palavra o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal tendo referido que nas intervenções, incluindo a da deputada Berta Viana, em nenhum dos casos as interpretou como ofensas a qualquer órgão. Disse ainda que todos devem respeitar a opinião de cada um e que os deputados são livres de expressarem as suas opiniões políticas. Continuando disse não haver necessidade de fazer qualquer reparo à senhora deputada Berta Viana nem tão pouco a qualquer dos restantes deputados desta Assembleia.

---- Sendo vinte e duas horas, por proposta do senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, foram os trabalhos interrompidos, tendo sido retomados pelas vinte e duas horas e cinco minutos altura em que se verificava a presença de todos os membros que estavam presentes antes da interrupção dos trabalhos. -----

Colocados a votação os assuntos propostos no período de antes da ordem do dia, obtiveram-se as seguintes votações:

1 - VOTO DE LOUVOR AO ANTAS FUTEBOL CLUBE, PELO TÍTULO DE CAMPEÃO DA 2.ª DIVISÃO DA ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL DE BRAGA, NA ÉPOCA 2010/2011. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE LOUVOR AO ANTAS FUTEBOL CLUBE PELO TÍTULO DE CAMPEÃO DA 2.ª DIVISÃO DA ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL DE BRAGA NA ÉPOCA 2010/2011. -----

O Grupo Político do PSD apresentou a seguinte declaração de voto:

“O Grupo Político do PSD votou favoravelmente pese embora a Câmara Municipal esteja a preparar a Gala Anual do Desporto, onde são premiados os desportistas, os clubes e as Associações.”

O Grupo Político do CDS-PP apresentou a seguinte declaração de voto:

“Votamos favoravelmente, contudo e tal como referido, a Câmara Municipal está a preparar a Gala Anual do Desporto onde são premiados os desportistas do nosso concelho.”

O deputado José Felgueiras apresentou a seguinte declaração de voto:

“Viva o Antas.”

2 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA SENHORA D. MARIA FERNANDES DO CABO E DO SENHOR MANUEL ANTÓNIO PORTELA GONÇALVES, RESPECTIVAMENTE, SOGROS E AVÓS DO SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE FONTE BOA E DA SENHORA DEPUTADA JOANNA GONÇALVES. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA SENHORA D. MARIA FERNANDES DO

CABO E DO SENHOR MANUEL ANTÓNIO PORTELA GONÇALVES, SOGROS DO SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE FONTE BOA E AVÓS DA SENHORA DEPUTADA JOANNA GONÇALVES. MAIS DELIBEROU DAR CONTA DESTE VOTO DE PESAR À RESPECTIVA FAMÍLIA. -----

3 - RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL PARA QUE NO ÂMBITO DAS COMEMORAÇÕES DO DIA DO MUNICÍPIO, HOMENAGEIE, CONDECORANDO A TÍTULO PÓSTUMO, O DR. LUÍS SÁ. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 21 VOTOS CONTRA, 3 ABSTENÇÕES E 7 VOTOS A FAVOR, REJEITAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA. -----

Votaram contra os 18 deputados do Grupo Político do PSD e os 3 deputados independente, num total de 21, abstiveram-se os 3 deputados do Grupo Político do CDS-PP e votaram a favor os 6 deputados do Grupo Político do PS e o deputado do Grupo Político da CDU, num total de 7.

O Grupo Político do PSD apresentou a seguinte declaração de voto:

“Temos pena que se use a demagogia política para condecorar um esposendense. Julgo, e seria legítimo, que a CDU ou o PCP fizessem chegar à Câmara Municipal uma proposta nesse sentido, contudo não pode utilizar este órgão como forma de pressão sabendo que este assunto não é da sua competência.”.

4 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA AVÓ DO SENHOR DEPUTADO DR. ORLANDO RUA. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA AVÓ DO SENHOR DEPUTADO ORLANDO RUA. MAIS DELIBEROU DAR CONTA DESTE VOTO DE PESAR À RESPECTIVA FAMÍLIA. -----

02 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: _____

Interveio o senhor Vice-Presidente da Câmara tendo inicialmente agradecido as palavras de saudação e de boas vindas proferidas pelo senhor Presidente da Junta de Antas.

Continuando referiu que sobre a informação escrita do senhor Presidente da Câmara estaria disponível para esclarecer sobre eventuais questões que possam ser colocadas pelos senhores deputados.

Seguidamente e sobre a intervenção do senhor deputado Manuel Carvoeiro, disse que sobre a situação do Minante, têm informação de que, já ocorreram, desde 2001, vários contactos mas que sendo terrenos privados, esse facto, obsta logo à partida a realização de qualquer projecto, uma vez que implica a aquisição daqueles terrenos. Disse ainda estar prevista, no âmbito do

programa Polis, uma intervenção na margem esquerda do rio Neiva e que a mesma se estenderá desde a foz até à zona de Santa Tecla prevendo uma passagem para a zona do Castelo do Neiva, que irá valorizar em muito aquela zona da freguesia.

Ainda a propósito da intervenção do senhor Deputado Manuel Carvoeiro, disse que, relativamente à estrada nacional n.º 13, ser uma situação lamentável, até porque faz aquele percurso diariamente e é conhecedor da situação. Contudo, entende haver a necessidade de esclarecer o processo e dar a conhecer os responsáveis, que no caso em concreto, não é de todo da Câmara Municipal, uma vez que se tratou de uma obra de saneamento “em alta” da responsabilidade da empresa Águas do Ave, agora integrada nas Águas do Noroeste. Disse ainda ter sido uma obra que correu mal, por vários factores, nomeadamente as chuvas que ocorreram na altura da realização da obra e que, outro factor que contribuiu para a situação actual, foi o facto da empresa que realizou a obra ter falido. Perante isto, houve a necessidade da empresa Águas do Noroeste lançar um novo concurso para conclusão da mesma. Disse também que autarquia entende toda a situação burocrática e o atraso, que daí advém, mas que está atenta e tem vindo a pressionar as Águas do Noroeste para que, em definitivo, conclua a obra.

Ainda sobre a intervenção do deputado Manuel Carvoeiro, disse ser fácil afirmar que nada tem sido feito, mas a verdade, é que facilmente se demonstra o contrário e, prova disso mesmo, é o edifício onde hoje se está a realizar a sessão da Assembleia Municipal, obra que foi realizada pela Câmara Municipal e que, em muito, tem servido a freguesia e a população de Antas. Continuando referiu um conjunto de obras executadas na freguesia, destacando a recuperação da Sede da Junta de Freguesia, as obras nas instalações do Antas Futebol Clube, as obras de água e saneamento e por consequência a melhoria dos muitos arruamentos abrangidos por tão marcante obra, a repavimentação e construção dos passeios da estrada junto à Igreja, bem com a construção da rotunda que, para além das melhorias no pavimento e na circulação automóvel, vieram, de uma forma muito significativa, melhorar a segurança rodoviária numa zona que apresentava vários constrangimentos. Concluindo, disse que nem tudo havia sido feito, mas ser certamente injusto, dizer que nada fora feito na freguesia.

Seguidamente e sobre a intervenção do senhor deputado Manuel Enes, disse não ser verdade que a Câmara Municipal não conseguia apoios do governo para os projectos candidatados. Referiu que a autarquia foi apresentando várias candidaturas e que, apesar de tudo, após várias insistências, conseguiu levar avante algumas dessas mesmas candidaturas, que foram incluídas quer no programa Polis quer no programa Urbi Esposende, e ainda outras, como o Centro Escolar de Forjães.

Continuando disse que a conjuntura actual é extremamente difícil, mas que haverá que entender a sua razão, e não será agora que irá acontecer tudo de bom, pois a herança que nos foi deixada pelos treze anos de governação socialista, deixou Portugal, numa situação de extrema complexidade e será importante não nos esquecermos desse facto. Continuando disse estar certo que, se as contas tivessem sido deixadas arrumadas, a Câmara Municipal com o apoio do actual governo PSD, conseguiria avançar com muitos mais projectos. Referindo-se ao Centro Educativo de Marinhas, disse ser importante perceber que nem tudo é possível de ser resolvido e principalmente de uma forma célere e que, no caso em concreto, o problema coloca-se porque os terrenos são privados e que ainda não foi possível chegar a um entendimento com os proprietários. Referiu ainda que a Câmara não aceita, pagar por um terreno, o valor de cinquenta euros o metro quadrado, até porque, as avaliações realizadas, indicam que o valor dos terrenos se situa entre os dez e quinze euros. Assim sendo, embora

seja um compromisso, não poderá a autarquia delapidar o património do município só para se poder apregoar que fez o Centro Educativo de Marinhas.

Continuando no uso da palavra referiu que, tendo em conta os princípios políticos que defende, e uma vez que o governo de Portugal foi, nesta sessão, várias vezes referido e atacado, disse não poder deixar de lembrar as ruinosas parcerias público-privadas que o governo anterior nos deixou como herança e que, estas, são um contributo desastroso para o momento actual e futuro do país, até porque, andaremos, durante décadas, a pagar estas parcerias. No seguimento, referiu-se à Parque Escolar que, nas intervenções que foi fazendo nas escolas, gastou por cada recuperação qualquer coisa como doze milhões de euros. Disse ainda, não entender que seja possível haver escolas públicas em Portugal com candeeiros do Arqt.º Siza Vieira. Referiu também que são este tipo de erros que vamos ter que pagar durante muitos anos, porque não houve, por parte de quem governou nestes últimos anos, consciência e não olharam para o futuro de Portugal. Prova disso foi a dívida, que se situava nos 80 mil milhões de euros e passou, em apenas seis anos do governo de José Sócrates, para muito perto dos 170 mil milhões de euros.

Usou da palavra Manuel Carvoeiro, do Grupo Político da CDU, tendo referido que não faz qualquer sentido que o deputado Manuel se “atire” contra a CDU, dizendo que a “CDU pegou na direita ao colo” quando a CDU sempre foi uma força muito coerente, fiel aos seus princípios e sempre firme a combater as políticas de direita que, essas sim, levaram a direita ao poder.

Continuando e referindo-se à informação escrita do senhor Presidente da Câmara, disse que, pese embora, o elevado respeito que merecem os senhores vereadores com pelouro, o que é apresentado na informação escrita é, na sua perspectiva, muito pouco. Referiu ainda que se esta traduz a actividade mais pertinente e relevante da autarquia, importa perguntar qual a razão de tão pouca actividade.

Disse ainda que sobre a Casa das Marinhas, à qual, já várias vezes fez referência, haver a necessidade de promover a sua recuperação e de a abrir ao público, aos marinhenses, às gentes do concelho, às escolas e aos estudantes. Disse também que, na informação do senhor Presidente da Câmara, é dito haver alguma actividade mas que, gostava mesmo é que fosse dito que há um programa com pensamento para ocupar aquela casa. Contudo esse programa não existe e que, provavelmente, acontecerá o mesmo que aconteceu e se verifica ainda na freguesia de Fão com o Museu de Arte. Disse ter sido feito um grande investimento mas mais parece que acabou e se encontra encerrado.

Referiu ainda que sobre o Grupo da Barra do Cávado, referido na informação escrita, é afirmado que a Câmara Municipal ainda não foi formalmente informada do despacho da ex-Secretária de Estado do Ordenamento do Território. Continuando, disse que apreciou o trabalho da Câmara Municipal no sentido de informar a Assembleia Municipal da situação actual do processo e que na informação prestada é dado a conhecer que através do despacho em questão é remetido o relatório à Parque Expo e à ARHC – Administração Regional Hidrográfica do Centro, para implementação, mas que a missão da ARHC e a sua jurisdição, tal como informado pela Câmara Municipal, é a bacia hidrográfica do Rio Vouga, bacia hidrográfica do Rio Mondego e bacia hidrográfica do Rio Liz. Continuando, disse ser uma situação muito grave e, não conseguir entender, como foi possível que, uma Secretária de Estado, com as acessórias que tem, seja possível emita um despacho com tão grave erro. Questionou ainda se, de facto, a Câmara Municipal ainda não foi informada e, se foi, qual a data dessa informação, uma vez que, perante erro tão grosseiro, gostaria de saber qual é ou foi

a posição da autarquia perante uma matéria tão importante para o futuro e desenvolvimento do nosso Concelho.

Seguidamente usou da palavra Manuel Enes tendo, inicialmente, solicitado informação relativa ao início da época balnear que, na informação escrita, refere iniciar-se no dia 1 de Junho e terminar no dia 15 de Setembro, uma vez que, constatou, não existir, na praia de Cepães em Marinhas, banheiro nem tão pouco a bandeira hasteada e isto, verifica-se numa praia que já se encontra a ser frequentada por crianças de infantários e outros banhistas.

Continuando disse que sobre o Grupo da Barra do Cavado, sempre entendeu se tratar de um assunto sério e que deverá o deputado Manuel Carvoeiro entender, tal como os outros intervenientes, como o senhor Vice-Presidente que, sendo uma pessoa inteligente, entendeu certamente, se ter tratado efectivamente de uma gralha e que, deste tipo de erros, ninguém está livre, pelo que, não deverem os membros da Assembleia Municipal, utilizarem factos como este para fazerem chacota. Referiu ainda que já se verificaram em documentos da Assembleia Municipal e mesmo da Câmara Municipal, situações idênticas onde também, por erros em palavras que definiam o sentido do assunto, nós próprios o relevamos, sabendo que se tratou apenas de uma gralha.

Usou novamente da palavra o senhor Vice-Presidente da Câmara tendo, e referindo-se à intervenção do senhor deputado Manuel Carvoeiro, dito que a última sessão da Assembleia Municipal ocorreu no passado dia 28 de Abril, e que a informação é relativa aos dois últimos meses, não lhe parecendo por isso tão pouco trabalho desenvolvido. Lembrou que o que efectivamente consta da informação do senhor Presidente da Câmara, são as situações mais relevantes e com maior impacto, até para que não se caía no exagero.

Quanto o Centro Cultural de Fão, na altura, a obra foi construída num contexto bastante diferente do actual e que, perante o desafio apresentado pela Junta de Freguesia de Fão, resolveu a Câmara Municipal aceitar, permitindo assim que, aquele espaço, se transforme num local também de âmbito cultural e de apoio à freguesia de Fão.

Em relação à Casa das Marinhas, disse estar escrito na informação do senhor Presidente da Câmara que ocorreram 150 visitas em 2 meses, facto, que mostra que a casa está a ser utilizada. Referindo-se novamente ao Grupo da Barra, disse que efectivamente estes lapsos podem acontecer, mas que, mais grave, é o facto do despacho remeter o processo à Parque Expo e à ARHC, uma vez que a missão dessas entidades não é a prossecução dos trabalhos ao contrário do IPTM, entidade para quem efectivamente deveria ter sido remetido o processo para proceder a intervenção. Disse ainda que a forma como se desenrolou o processo e o facto de este não ter sido remetido ao IPTM só fez com que, mais uma vez, se andasse a perder tempo.

Referiu ainda que a Câmara Municipal ainda não fora notificada relativamente ao teor do despacho da senhora Secretária de Estado.

Continuando disse que a praia de Cepães, pelo facto de existirem conhecidos quanto à concessão daquela praia, que, mais uma vez, a Câmara Municipal se viu obrigada a despende dinheiro na contratação dos meios necessários. Tal facto se deveu à desistência do concessionário e, mais uma vez, a ARHN, que é quem atribui as concessões e tem à sua responsabilidade o cumprimento de todo o processo das praia, não lançou, em devido tempo o concurso para a atribuição da concessão da praia de Cepães. Terminando disse que a autarquia já resolveu a situação e que no dia 1 de Julho já haverá, naquela praia, condições de segurança e com a bandeira azul colocada.

Usou novamente da palavra o deputado Manuel Carvoeiro tendo dito que as suas dúvidas relativas ao ex-museu de Fão eram efectivas, visto que na Assembleia de Freguesia de Fão, um elemento do PSD ter questionado o senhor Presidente da Junta e este não ter dado certezas de que efectivamente aquele espaço seria alvo de um novo projecto.

Seguidamente usou da palavra o senhor Luís Peixoto, Presidente da Junta da Freguesia de Fão referindo que não dera certezas porque, de facto, há intenções, mas que ainda não foi efectivado, pelo que, só dará como certo junto da população de Fão quando o protocolo for assinado. Disse ainda, ser seu entendimento, que tal assunto não deveria ter sido trazido à Assembleia Municipal uma vez que ainda não foi efectivado.

03 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

03.01 – ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2011 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

Foi presente a acta da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e oito de Abril de 2011 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 27 VOTOS A FAVOR E 4 ABSTENÇÕES, APROVAR A ACTA DA ÚLTIMA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

Verificaram-se as abstenções das senhoras deputadas Maria Adriana Novo e Joanna Gonçalves e dos senhores Presidentes de Junta António Carlos e António Amorim dos Santos por, conforme declararam, não terem estado presentes.

03.02 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO. -----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

03.03 – ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL 2011 – 2.ª ALTERAÇÃO – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

Foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com a sua deliberação tomada em 13 de Junho de 2011, solicita à Assembleia Municipal que aprove a 2.ª alteração ao Mapa de Pessoal - 2011 da Câmara Municipal. Fica arquivada cópia da documentação referida junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

Usou da palavra o senhor Vice-Presidente da Câmara informando que a proposta apresentada resulta unicamente de uma necessidade de reajustamentos do quadro de pessoal da autarquia e que, da mesma, não resultará qualquer aumento de funcionários.

Colocado o assunto a votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 22 VOTOS A FAVOR E 9 ABSTENÇÕES, APROVAR A PROPOSTA DA 2.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL. -----

Votaram a favor os deputados do Grupo Político do PSD, a deputada Joanna Gonçalves do Grupo Político do CDS-PP e os deputados independentes, num total de 22 e abstiveram-se os deputados dos Grupos Políticos do PS, CDU e as senhoras deputadas Berta Viana e Georgete Viana da Cruz do Grupo Político do CDS-PP, num total de 9. -----

03.04 – ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DA ESPOSENDE AMBIENTE EEM – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

Foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com a sua deliberação tomada em 26 de Maio de 2011, solicita à Assembleia Municipal que aprove a alteração aos estatutos da EAmb – Esposende Ambiente EEM. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da acta da presente Sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

No período de discussão do presente assunto usou da palavra o senhor Vice-Presidente explicando que a proposta se traduz, exclusivamente, numa necessidade da Esposende Ambiente poder, no Centro de Educação Ambiental, poder criar e cobrar tarifas pelos serviços e actividades prestadas naquele equipamento.

Colocado o assunto a votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 24 VOTOS A FAVOR E 7 ABSTENÇÕES, APROVAR A ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DA ESPOSENDE AMBIENTE EEM, NOS TERMOS PROPOSTOS. -----

Votaram a favor os deputados dos Grupos Políticos do PSD, CDS-PP e os deputados independentes, num total de 24 e abstiveram-se os deputados dos Grupos Políticos do PS e CDU num total de 7.

03.05 – ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE LAMAS DE MARINHAS – SÍTIO DO BOURO LUGAR DE GÓIOS – FREGUESIA DE MARINHAS – AUTORIZAÇÃO DE ALIENAÇÃO - PROPOSTA. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado

dia 13 de Junho de 2011, foi presente na sessão proposta de alienação da Estação de Tratamento de Lamas de Marinhas – Sito no Lugar do Bouro, freguesia de Marinhas, melhor identificada no processo, onde é solicitado à Assembleia Municipal que autorize a alienação do prédio em causa. Fica arquivada cópia da documentação referida junto à minuta da acta da presente reunião, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

No período de discussão do presente assunto usou da palavra o senhor Vice-Presidente tendo apresentado e explicado o teor da proposta.

Usou da palavra Manuel Enes tendo questionado há quanto tempo é que se arrasta a presente situação e quando é que a Câmara Municipal deveria ter transferido o imóvel para a Esposende Ambiente.

Usou novamente da palavra o senhor Vice-Presidente tendo informado que a transferência deveria ter sido efectivada aquando da criação da empresa.

Seguidamente usou da palavra Manuel Carvoeiro, referindo que o tipo de política seguido nos últimos tempos resulta num empobrecimento da autarquia e esperar que o tempo não lhe venha a dar razão. Disse ainda que, a breve trecho, se verificará que as empresas municipais, que neste momento dão lucro, sejam, no futuro, alvo dos privados e dos grandes grupos.

Colocado o assunto a votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 21 VOTOS A FAVOR, 4 VOTOS CONTRA E 6 ABSTENÇÕES, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E, ASSIM, AUTORIZAR A CÂMARA MUNICIPAL A PROCEDER À ALIENAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE LAMAS DE MARINHAS – SÍTIO DO BOURO LUGAR DE GÓIOS – FREGUESIA DE MARINHAS. -----

Votaram a favor os deputados do Grupo Político do PSD e os deputados independentes, num total de 21, votaram contra os deputados dos Grupos Políticos do CDS-PP e da CDU, num total de 4 e abstiveram-se os 6 deputados do Grupo Político do PS.

O Grupo Político do CDS-PP apresentou declaração de voto, dizendo que o sentido de voto é o resultado de muitas reservas no processo de alienação e porque, as dúvidas, que surgiram, não foram esclarecidas. Referiu também não ter dúvidas sobre as áreas e prédio a transferir para a Esposende Ambiente, mas lamentar que, esta alienação, seja efectivada pelo valor matricial e não pelo valor do mercado que é substancialmente superior.

03.06 – CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO GRUPO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE – ANO DE 2010 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

Foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com a sua deliberação tomada em 13 de Junho de 2011, solicita à Assembleia Municipal que aprove o Relatório de Consolidação de Contas do Grupo Público do Município de Esposende. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da acta da presente Sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se

dá como transcrita. -----

Usou da palavra o senhor Vice-Presidente tendo explicado o teor da proposta.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO GRUPO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE REFERENTES ANO DE 2010.

Votaram a favor os deputados do Grupo Político do PSD e os deputados independentes, num total de 21, votaram contra 4 deputados dos Grupos Políticos do PS e o deputado do Grupo Político da CDU num total de 5 e abstiveram-se os deputados do Grupo Político do CDS-PP e os senhores Presidentes de Junta de Esposende e Fão, ambos do Grupo Político do PS num total de 5.

03.07 - ASSUNTOS DIVERSOS DE CARÁCTER GERAL: _____

Usou da palavra Manuel Carvoeiro tendo referindo que o assunto que seguidamente abordará, já foi alvo de discussão por diversas vezes. Continuando disse ser do conhecimento geral que anualmente o PCP coloca no concelho, mas principalmente na cidade de Esposende, propaganda alusiva à Festa do Avante e à intervenção política do partido. Referiu que é legítima do PCP divulgar as suas posições. Referindo-se a uma entrevista do senhor Vice-Presidente, onde referiu, não haver qualquer intencionalidade da autarquia em perseguir o PCP. Contudo, terminada a campanha eleitoral, verifica-se que os juristas da Câmara estão a contar os prazos ao minuto para imediatamente notificar a CDU para retirar a propaganda. Disse que se chegou ao ponto da CDU retirar voluntariamente a propaganda, e mesmo assim, ser notificada a retirar. Referiu que a autarquia, contrariando opiniões e pareceres da Comissão Nacional de Eleições e do Tribunal Constitucional sobre a matéria, insiste em afirmar que a divulgação da Festa do Avante é propaganda comercial. Referiu também haver muita sanha persecutória da Câmara contra o PCP relativamente à matéria e, ao mesmo tempo, haver tanta bondade relativamente a entidades que, tem um fim comercial, e vão espalhando e colocando nos postes de iluminação propaganda alusiva à venda de vários produtos, mas que, sobre estes, não se verifica uma actuação tão rápida por parte da Câmara Municipal.

Disse ainda que em Fão, durante o verão, um espaço de animação nocturna, que ocupa as antigas instalações do Hotel do Pinhal, se verifica que o passeio fica viscoso e sujo e a autarquia não teve, para este facto, uma actuação no sentido de exigir a quem explora aquele espaço, que proceda à limpeza do passeio, que por acaso, se situa na mais frequentada e importante avenida de Fão.

Seguidamente usou da palavra Berta Viana dizendo que gostaria de ver esclarecia uma notícia que se encontra a circular, e onde, é dito que será encerrada a escola de Igreja na freguesia de Marinhas. Sobre o mesmo assunto disse ser importante saber sobre quem é o proprietário daquele edifício, uma vez que funciona, naquele espaço, a escola de Igreja e a Cruz Vermelha de Marinhas.

Usou da palavra Armando Martins congratulando-se pelo facto dos atletas do Grupo Desportivo e Recreativo de Gemeses, no caso em concreto, o atleta João Ribeiro que, na

Croácia, juntamente com os seus compatriotas Fernando Pimenta, Emanuel Silva e David Fernandes, foi campeão da Europa em K4 e onde bateram o recorde do mundo na distância de 1000m. Informou ainda que o mesmo atleta conquistou ainda a medalha de bronze na categoria de K2 na distância de 1000m com o seu compatriota Emanuel Silva.

Continuando disse que a atleta Teresa Portela, também na Croácia, foi medalha de bronze em K1 500m e que foi considerada, no ano de 2010, a terceira melhor atleta a nível internacional em canoagem

Seguidamente interveio a senhora Vereadora Jaquelina Areias que, a pedido do senhor Vice-Presidente, usou da palavra informando que, no ano de 2010, a Câmara Municipal recebeu uma comunicação da DREN dando conta de um despacho no qual era informado que a escola da Igreja em Marinhas iria encerrar porque, como decorre da Lei, as escolas com menos de 21 alunos da área de residência teriam obrigatoriamente que encerrar. Neste sentido a Câmara Municipal diligenciou no sentido do não encerramento da escola, facto. Contudo, este ano, e porque a pretensão da DREN se mantinha, a autarquia não se opôs, solicitando contudo que, os alunos, fossem autorizados a matricular-se nas restantes escolas da freguesia, pretensão que foi aceite.

Usou da palavra o senhor Vice-Presidente da Câmara dizendo que a Câmara Municipal tudo fez para manter aquela escola a funcionar mas que, tal facto, pelos critérios que já não cumpria, se tornou inviável. Informou ainda que o edifício é pertença da autarquia.

Continuando e sobre a intervenção do deputado Manuel Carvoeiro referiu que não há qualquer tipo de perseguição nem tão pouco haveria motivos para que tal acontecesse. Referiu ainda que a realidade é que o único Partido que utiliza esta forma de propaganda é o PCP mas que, ao colocarem a propaganda o fazem com arames que suportam os pendões em candeeiros públicos, nomeadamente os da marginal e que, pelo facto de serem pintados, esses arames provocam estragos e que prova disso é a situação actual dos mesmo que se encontram bastante danificados. Disse também que a propaganda é colada, pelo PCP, em papeleiras e que também estas se encontram danificadas. Continuando disse que toda a publicidade que é colocada sem autorização e em equipamentos públicos, nomeadamente candeeiros, papeleiras e sinais de trânsito, é retirada periodicamente por um equipa que tem essa responsabilidade.

Relativamente à questão dos passeios junto ao antigo Hotel do Pinhal disse que a Câmara está atenta à situação até porque, para além da sujidade referida, há outras questões como o barulho e a segurança, factos que, tem sido alvo de reuniões com a GNR e o proprietário e que a solução apresentada, pela Câmara Municipal, foi a mudança daquele estabelecimento para outro local. Disse ainda que a autarquia não permitirá que a situação se mantenha e, como referiu, a solução passará pela mudança daquele espaço para um local mais tranquilo e com condições, nomeadamente de segurança, para que não se perturbe a tranquilidade e qualidade de vida das pessoas que moram junto daquele estabelecimento.

04 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: _____

De acordo com o número um do artigo quadragésimo primeiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

Usou da palavra o senhor Victor Faria, tendo inicialmente se congratulado com o facto do “poder” ter descido ao povo e da Assembleia Municipal se realizar na freguesia de Antas. Seguidamente questionou sobre o saneamento na freguesia de Antas que, como afirmou, se encontra na sua fase final, mas que tinha dúvidas se a estação elevatória, que entretanto fora construída, seria suficiente. Questionou também sobre qual o local exacto para a construção que está prevista no Minante.

Seguidamente disse que se encontra colocada, na praia de Antas, um placa dando conta que aqueles terrenos são propriedade da empresa Celanus e que, consultando o site da empresa, se verifica que o objectivo é desenvolver um projecto que abrange vários kms na zona da praia com actividades de lazer, bem como a construção de dois eco-resorts, pelo que gostaria de saber se a Câmara Municipal tem conhecimento deste projecto.

Seguidamente usou da palavra a senhora Augusta Almeida em representação da Associação Rio Neiva questionando se há algum projecto para a zona da foz do Rio Neiva.

Usou seguidamente da palavra o senhor Baltazar Costa dizendo que se sente honrado com a visita da Assembleia Municipal à freguesia de Antas. Continuando disse que a GRASSA que é uma associação da freguesia de Antas com cariz social, tem, ao longo dos últimos anos, lutado para conseguir construir a sua sede. Disse ainda que a construção daquele equipamento está prometido desde 1994, mas que o projecto se encontra encravado na REN. Referiu que, actualmente, o ATL da associação funciona num espaço cedido pela Fábrica da Igreja mas que, face à caducidade do protocolo existente, que ocorrerá no próximo mês, não haverá um espaço para que aquele ATL funcione, solicitando o apoio da autarquia no sentido da resolução do problema.

Usou da palavra a senhora Anabela Lajoso referindo que existe um terreno na freguesia, mais propriamente no inicio da rua da Casa da Musica de Antas que necessita de limpeza pelo facto de se encontrarem depositados bastantes detritos, questionando se a Câmara Municipal não poderá intervir no sentido de notificar o proprietário para proceder à limpeza do mesmo.

Seguidamente usou da palavra o senhor José Felgueiras referindo se encontrar desapontado pelo facto de, relativamente à Recomendação de homenagem ao Dr. Luís Sá, apresentada pelo deputado Manuel Carvoeiro, que, em seu entender, por uma questão de formalismo, não foi aprovada. Disse ainda que todos deram os parabéns à freguesia e à população mas que não houve coragem para homenagear o Dr. Luís Sá, um filho da terra.

Usou da palavra o senhor Manuel Arezes, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, referindo que votou contra a recomendação de homenagem ao Dr. Luís Sá, não por uma questão de formalismo mas antes pela razão de bom senso. Disse ainda que se tivesse sido apresentada uma proposta de um voto de louvor, a título póstumo, ao Dr. Luís Sá, teria sido certamente o primeiro a votar favoravelmente. Contudo, a Assembleia Municipal, mesmo usando a figura da recomendação, não deve tentar impor ao Executivo da Câmara Municipal, este tipo de assuntos, até porque a autarquia tem critérios próprios e são assuntos delicados. Disse ainda que uma recomendação no sentido da que foi apresentada, seria abrir um precedente grave.

Seguidamente interveio a senhora Presidente do Conselho de Administração da Esposende Ambiente que, a pedido do senhor Vice-Presidente, usou da palavra informando que a Esposende Ambiente executou as obras do sistema “em baixa” desde o ponto de recolha dos consumidores até à primeira estação elevatória e que depois é encaminhado para a Estação de Águas Residuais. Disse que o processo se desenvolveu com a devida articulação com o sistema “em alta” da empresa Águas do Noroeste do Grupo Águas de Portugal, com a qual foi celebrado um contrato para que todo o sistema “em alta” fosse gerido por essa empresa. Disse ainda que, no contexto, a decisão de instalação daquela ETAR, foi única e exclusivamente, porque a obra associada ao sistema “em baixa” necessário para encaminhar as águas residuais para tratamento não foi concluída por parte das Águas do Noroeste, faltando a construção de um sistema elevatório que permitirá a condução dos afluentes ao interceptor para que depois seja conduzido até à ETAR de Marinhas. Concluindo disse que o que se encontra construído é suficiente e que sobre o assunto e relativamente à Esposende Ambiente a obra encontra-se concluída faltando unicamente a mesma ser terminada pelas Águas do Noroeste.

Usou da palavra o senhor Vice-Presidente informando que a Celanus não é proprietária daqueles terrenos desde agora, é uma questão muito antiga e que foi também esta questão, que originou o aparecimento da Área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende. Disse que por mais ideias e vontade que possam surgir, perante os instrumentos de planeamento existentes, não será possível que tais ideias e vontades sejam postas em prática e a Câmara Municipal não apoiou nem tão pouco apoiará tal empresa para levar à vante tais construções. Seguidamente e respondendo à senhora Augusta Almeida disse que está previsto, na foz do Neiva, uma intervenção no âmbito do Programa Polis que prevê a requalificação daquele espaço e a colocação de uma ponte que dará seguimento à ecovia no Distrito de Viana do Castelo.

Continuando disse que sobre a questão da Associação GRASSA, a construção que se pretende efectuar, encontra-se em REN e RAN e que, desta última entidade, já se obteve a devida autorização. Contudo a REN, no último parecer, continua a ter uma posição negativa, mas que a Câmara Municipal, tudo fará para satisfazer os anseios legítimos daquela Associação e que, a solução poderá passar por uma solução no âmbito da actual revisão do PDM que se encontra em curso.

Interveio novamente a senhora Vereadora Jaqueline Areias que, a pedido do senhor Vice-Presidente, usou da palavra informando que houve uma reunião na Câmara Municipal e a direcção da GRASSA onde foi colocada a hipótese da utilização, por parte da Associação, das instalações da escola de Azevedo. Neste momento a autarquia encontra-se a aguardar que o Agrupamento de Escolas de Forjães comunique as suas necessidades, para que, após este processo seja definido se há ou não a hipótese da cedência daquele espaço. Disse ainda que a Câmara Municipal têm preparada uma outra alternativa caso não seja possível a utilização da escola de Azevedo.

Voltou a intervir o senhor Vice-Presidente que, em relação à questão colocada pela senhora Anabela Lajoso, disse que, face ao descrito, deverá ser alegada a questão da saúde pública e que para uma resolução mais rápida do problema, deverá a senhora Anabela Lajoso, remeter-lhe mais informação sobre o assunto para que a Câmara Municipal, junto das entidades competentes, desenvolva o processo tendente à notificação do proprietário para a resolução

urgente do problema. -----

---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a acta da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por UNANIMIDADE DOS PRESENTES. -----

---Sendo zero horas e dez minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia,

O Primeiro Secretário,

MINUTA DA ACTA

N.º 03/2011

SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE

Realizada em
30 de Junho de 2011